



A COMUNIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL HOJE



SADC Hoje, Vol. 8 No.3 Agosto 2009

INTERIORES...



7



6



Rumo a uma zona de comércio livre na África Austral

por Munetsi Madakufamba

AVANÇANDO FIRMEMENTE para uma zona de comércio livre em 2008, a África Austral registou consideráveis progressos na eliminação gradual de tarifas. Mais há ainda a fazer para a remoção de barreiras não-tarifárias ao comércio entre os estados-membros da SADC.

Uma revisão intermédia do Protocolo Comercial da SADC realizada recentemente para avaliar o decorrer da sua implementação desde 2000 revelou alguns importantes sucessos e desafios dos Estados da SADC nos seus esforços para alcançar crescimento e desenvolvimento encabeçado pelo comércio.

Segundo a revisão, a maioria dos estados-membros está a proceder à redução gradual de tarifas. A meta é ter 85% de todos os produtos comercializados na região com tarifa zero até 2008. A revisão intermédia do protocolo avaliou o cumprimento dos programas de redução de tarifas pelos estados-membros, a aplicação de regras de origem incluindo dificuldades que podem ser enfrentadas na actividade comercial, barreiras não-tarifárias, acordos especiais sobre têxteis e vestuário e sobre o comércio do açúcar.

O exercício pretendia também verificar se o protocolo teve algum impacto na promoção de investimentos e em ligações industriais.

O Comité Integrado de Ministros (ICM) da SADC, que se reuniu em Maseru no mês de Junho, observou que "barreiras não-tarifárias são um sério impedimento ao crescimento do comércio intra-regional."

Os ministros acordaram que através de uma estreita colaboração entre as autoridades alfandegárias, o sector privado e outras partes interessadas podem "instaurar-se vias criativas para aumentar a transparência, melhorar a capacidade de monitorização e eliminar barreiras não-tarifárias na região da SADC."

Quanto à complexa questão das regras de origem, os estados-membros decidiram rever e simplificar as regras actuais num número seleccionado de produtos específicos.

"O exercício de revisão, incluindo a identificação de produtos específicos onde as regras de origem são consideradas restritivas, será realizado por um grupo especializado em consulta com partes interessadas nos estados-membros", decidiu o ICM.

Estão a ser negociados acordos especiais para produtos específicos particularmente complexos, tais como açúcar, têxteis e vestuário. A natureza sensível destas mercadorias fez com que o Fórum de Negociações Comerciais as retirasse da lista geral para serem negociadas separadamente.

POLÍTICA	3
CIMEIRA	4
PERFIL	5
GÉNERO	6
TRANSIÇÕES	7
ESTRUTURAS	8-9
HIV E SIDA	10
ÁGUA/MEIO AMBIENTE	11
INOVAÇÕES	12
NEGÓCIOS	13
LIVROS	14
EVENTOS	15
A HISTÓRIA HOJE	16

continua na página 2

Rumo a uma zona de comércio livre na África Austral

continuação da página 1

O Protocolo Comercial assinado em 1996 passou por um minucioso processo de negociação antes de ser iniciada a sua implementação em 2000 com a participação de 11 estados-membros. Angola aderiu posteriormente ao protocolo, tendo o Secretariado prestado assistência técnica ao Governo na preparação das suas propostas de redução de tarifas para serem submetidas à consideração dos outros estados-membros. A República Democrática do Congo está ainda em vias de aderir.

O protocolo ampliou enormemente o espaço económico na SADC, abrindo o comércio a um mercado de mais de 200 milhões de potenciais consumidores na região. Uma das vantagens de uma Zona de Comércio Livre da SADC consiste na possibilidade de o consumidor dispor de mercadorias competitivas em termos de qualidade e preços.

Espera-se que a remoção de tarifas e barreiras não-tarifárias reduza os custos das importações provenientes de qualquer parte da região, o que beneficia directamente os consumidores regionais. Prevê-se que mais investidores tirem vantagem de um mercado mais alargado trazido pela Zona de Comércio Livre.

No entanto, a Zona de Comércio Livre pode resultar seja num efeito positivo de criação de comércio seja num efeito negativo de desvio do comércio. O desafio consiste em minimizar o impacto negativo especialmente nas economias mais fracas da região.

O comércio intra-regional está presentemente estimado em 25% de todo o comércio internacional, prevendo-se que aumente para 35% em 2008. O grosso do comércio intra-regional está, no entanto, concentrado na União Alfandegária da África Austral (a SACU) - Botswana, Lesotho, Namíbia, África do Sul e Swazilândia.

Além disso, o comércio intra-regional na SADC tende a favorecer a África do Sul, a maior economia na região.

O Fórum de Negociações Comerciais observou que a revisão intermédia não foi capaz de dar o "mais completo quadro do impacto da implementação do protocolo comercial devido a adiamento da redução gradual de tarifas por alguns estados-membros bem como ao curto prazo em que a revisão se baseia, havendo falta de dados sobre a matéria."

Como base nesta constatação, o ICM recomendou a realização de outra revisão antes de 2008, data marcada para a Zona de Comércio Livre, para se debruçar sobre o impacto do protocolo nos fluxos de investimento, o risco de polarização e a distribuição equilibrada de benefícios.

Principais estratégias a seguir

- o Eliminação gradual de tarifas
- o Adopção de regras de origem comuns
- o Harmonização de regras e procedimentos alfandegários
- o Consecução de padrões internacionalmente aceitáveis, qualidade, acreditação e metrologia
- o Harmonização de medidas sanitárias e fitossanitárias
- o Eliminação de barreiras não-tarifárias
- o Liberalização da comercialização de serviços

Principais desafios na implementação

- o Fortalecer nas economias o lado da oferta
- o Implementar o protocolo comercial no quadro da Organização Mundial do Comércio (OMC)
- o Assegurar que a redução de tarifas não tenha impactos negativos nos estados-membros mais fracos/menos desenvolvidos
- o Proteger grupos vulneráveis, tais como populações rurais e urbanas desfavorecidas, pequenas actividades comerciais, comerciantes informais e mulheres, e assegurar que esses grupos beneficiem do protocolo comercial.

Cooperação alfandegária e facilitação de trocas comerciais

Uma interpretação e aplicação comum de disposições legais por funcionários das alfândegas nas suas funções diárias de facilitação do comércio internacional é fundamental em qualquer Zona de Comércio Livre.

O Sub-comité da SADC para a Cooperação Alfandegária esteve a trabalhar para assegurar que esse requisito fosse cumprido em conformidade com as disposições do Protocolo Comercial da SADC. O Comité foi bem sucedido na elaboração do Regulamento sobre as Regras de Origem da SADC; do Manual sobre as Regras de Origem para Funcionários Aduaneiros; e de Manuais sobre as Regras de Origem para Comerciantes.

Protocolo sobre Finanças e Investimento

No passado mês de Junho, o Comité Integrado de Ministros foi informado de que está a ser preparada uma versão preliminar do Protocolo de Finanças e Investimento. O objectivo estratégico do protocolo é contribuir para o estabelecimento de um mercado comum regional com livre movimentação de capital, mão-de-obra, bens e serviços. A criação de tal mercado é o objectivo final da SADC na área económica.

O protocolo facilitará a integração, cooperação e coordenação regional de políticas financeiras e de investimento na região da SADC.

O Memorando de Entendimento que foi elaborado por vários comités técnicos de finanças e investimentos foi convertido em anexos que constituem parte integrante do protocolo.

Negociações na agenda de desenvolvimento da Organização Mundial do Comércio (OMC)

Em Dezembro de 2005 realizar-se-á em Hong Kong a 6ª Conferência de Ministros do Comércio da Organização Mundial do Comércio. Embora não se preveja a conclusão das Negociações de Doha sobre o Desenvolvimento, a conferência fará a análise do progresso realizado e acordará importantes modalidades para permitir a conclusão das negociações possivelmente em 2006.

O Comité Integrado de Ministros da SADC deu orientações no sentido de se convocar um encontro ministerial especial em Genebra envolvendo todos os sectores e negociadores relevantes da região com vista à preparação da posição da região para a conferência ministerial de Hong Kong.



A sensível questão do açúcar ...

Negociações para o acordo de parceria económica

NA SEQUÊNCIA das negociações da Comissão SADC/Comissão Europeia sobre o acordo de parceria económica realizadas em Julho de 2004, onde se acordou um *Road Map* comum, funcionários seniores de ambos os lados reuniram-se em Dezembro de 2004 para decidir um programa de trabalho para 2005.

O principal objectivo do encontro foi chegar a acordo quanto a áreas prioritárias de negociações. A SADC propôs que se iniciassem negociações sobre medidas sanitárias e fitossanitárias e barreiras técnicas ao comércio. Estas duas questões continuam a ser os principais obstáculos ao acesso a mercado para vários países da SADC que pretendem entrar no mercado europeu.

O papel central da integração regional definido no acordo de Cotonou e a sua articulação com os esforços para reduzir a pobreza indicados no Plano Indicativo Estratégico de Desenvolvimento Regional (RISDP) foram factores que obrigaram à sua inclusão como importante área a contemplar nas negociações.

A reunião dos funcionários seniores realizada em Dezembro decidiu também criar o Grupo Especial Pré-preparatório Regional, um órgão que se responsabilizará pela formulação de projectos identificados no processo de negociação e pela solicitação do financiamento adequado para esses projectos.

Implementação da Declaração de Dar-es-Salaam é fundamental para se alcançar segurança alimentar

CHEFES DE Estado e de Governo da SADC adoptaram, a 15 de Maio de 2004, a Declaração de Dar-es-Salaam sobre Agricultura e Segurança Alimentar como compromisso para lidar com os desafios na produção agrícola e provisão de alimentos na região. Os líderes decidiram desenvolver e implementar planos de acção de curto, médio e longo prazo para abordar estes desafios de modo a acelerar a produção agrícola, garantir segurança alimentar e reduzir a pobreza na região. Ficou acordado fazer-se a avaliação do progresso passados dois anos.

A segurança alimentar continua a ser o desafio mais premente da região, e os estados-membros da SADC comprometeram-se a implementar efectivamente a Declaração sobre Agricultura e Segurança Alimentar de forma a chegarem a uma solução duradoura para a situação actual.

A declaração identifica metas de curto prazo nas áreas de desenvolvimento da irrigação, fornecimento de insumos, controlo de pragas e doenças, agro-processamento e produção agr cola.

As metas de curto prazo são para dois anos (2004-2006), sendo o progresso analisado no fim que cada biénio a contar da data de assinatura.

NOS COMPROMISSOS de médio a longo prazo (2004-2010), os líderes da SADC decidiram abordar:

- o uso sustentável e gestão de recursos naturais;
- o prontidão para desastres;
- o acesso a mercados;
- o pesquisa, desenvolvimento tecnológico e divulgação;
- o financiamento e investimento agrícola;
- o formação e desenvolvimento de recursos humanos;
- o igualdade de género;
- o saúde e mitigação do HIV e SIDA; e,
- o outras doenças crónicas

Desenvolvimento da irrigação

Os governos da SADC comprometeram-se a acelerar o uso de tecnologias de irrigação com bombas a pedal e motorizadas, canalização e tecnologias de poupança de água, e a mobilizar recursos para agro-processamento, bem como a aumentar o uso de esquemas de poupança e de crédito.

As iniciativas de irrigação na região são estabelecidas para beneficiar de um projecto de Gestão de Águas Subterrâneas e Secas da SADC. O projecto será financiado por uma doação de 7,5 milhões de dólares da Global Environment Facility do Banco Mundial e pela ASDI.

Este projecto promoverá a implementação de projectos de irrigação já em curso em países como o Malawi, a Zâmbia e o Zimbábue, que fizeram do desenvolvimento da irrigação uma prioridade nos seus sectores agr colas.

O projecto iniciará-se com um programa piloto para testar estratégias de gestão de águas subterrâneas e secas na bacia do rio Limpopo, na África do Sul, que facilitará pesquisa para ecossistemas dependentes de águas subterrâneas.

Afectação de fundos à agricultura

De acordo com o comunicado dos Ministros de Alimentação, Agricultura

e Recursos Naturais da SADC que se reuniram na véspera da Cimeira sobre Segurança Alimentar em Maio de 2004, foi apresentada a questão da necessidade de fluxos financeiros para agricultura provindo seja de fontes públicas seja de fontes privadas.

Alguns governos começaram a pôr de parte fundos para projecto agr colas. Por exemplo, na Namíbia, o Governo planeia gastar aproximadamente 10 milhões de dólares americanos no desenvolvimento da irrigação.

Os governos ainda têm de honrar o compromisso feito pelos estados-membros em 2003, na sequência da Declaração de Maputo da União Africana, de atribuir pelo menos 10% dos seus orçamentos nacionais à agricultura e desenvolvimento rural no prazo de 5 anos.

O comunicado da reunião de ministros salienta também que se encoraja a região a explorar instrumentos financeiros inovadores, incluindo a provisão de crédito a nível das comunidades.

Provisão de insumos

A região começou a trabalhar no sentido de assegurar insumos agr colas para os seus agricultores. Questões relacionadas com sementes, fertilizantes e maquinaria impediram que no passado se utilizasse plenamente a capacidade produtiva do sector agr cola na região.

Os governos da SADC estão a fazer esforços junto de empresas de sementes e fertilizantes e outros parceiros no sentido de assegurar que todos os insumos necessários estejam disponíveis na devida altura para a época da sementeira e plantio na próxima estação.

Estão já a ser estabelecidos planos logísticos para preparar a movimentação de sementes de países com excedentes para aqueles em que se verificam carências.

A região está também a trabalhar no sentido de harmonizar políticas de cereais e ajuda alimentar visando uma fácil transferência de sementes e

insumos agr colas e o rápido melhoramento das infra-estruturas e sistemas de transportes aos níveis local, nacional e regional.

Controlo de pragas e doenças

A Declaração de Dar-es-Salaam reconhece como prioridade urgente um maior controlo de pragas e doenças em culturas e na produção animal.

A região esboçou uma estratégia de controlo de pragas migrantes regionais que incidirá sobre as seguintes: *quelea birds*, gafanhoto vermelho, leucanias e grande broca dos cereais.

Foi considerável o progresso registado no controlo da febre aftosa. A SADC mobilizou fundos que foram usados para conter a propagação da doença no Malawi, em Moçambique e no Zimbábue e para prevenir a sua propagação a outros países.

Instalação Regional de Reserva Alimentar

A criação de uma instalação regional de reserva alimentar mereceu a maior prioridade na declaração de Dar-es-Salaam.

O Comité Integrado de Ministros da SADC, que se reuniu em Junho,

considerou necessária a criação de uma instalação de reserva alimentar que permita uma melhor resposta da região a emergências alimentares.

Existe a possibilidade de um fundo para reserva alimentar regido por um conselho consultivo cuja composição, natureza e administração serão determinadas a nível do Secretariado da SADC.

Em 2003, a SADC solicitou apoio do Banco Mundial para conceber uma instalação de reserva alimentar regional.

Como primeiro passo, o Banco Mundial realizou pequenos estudos de caso no Malawi, na Tanzânia e na Zâmbia para determinar a natureza, o nível e a modalidade de uma possível instalação de reserva alimentar estratégica baseada nas experiências de outras regiões do mundo.

Um olhar sobre o evoluir da implementação

Compromisso	Ponto de situação da implementação
Provisão de insumos	Estão a ter lugar iniciativas a nível nacional para assegurar a disponibilidade de sementes e fertilizantes. Os estados-membros estão a cooperar no sentido de garantir acesso a insumos em países onde se verificam carências
Gestão da água e irrigação	Estão a ser implementados projectos de irrigação em estados-membros, sendo possível um projecto da SADC de gestão da água e irrigação
Desenvolver uma instalação de reserva alimentar regional	Está a ser realizada pesquisa na região em matéria de modalidades e estratégias de desenvolvimento da instalação
Melhorar o acesso a mercados	Países da SADC estão a comercializar cereais e gado a nível regional e a tentar influenciar no sentido de um comércio justo na arena internacional
Atribuir 10% dos orçamentos nacionais a agricultura e desenvolvimento rural	Países-membros ainda estão por cumprir a meta de 10%, embora alguns deles tenham aumentado significativamente a atribuição.

Agenda cheia para a cimeira das bodas de prata da SADC

A SADC House em Gaborone, onde funciona o Secretariado da SADC

A HISTÓRICA Cimeira das Bodas de Prata da SADC a 17-18 de Agosto no Botswana deverá deliberar sobre uma vasta gama de questões regionais pertinentes, incluindo a designação da nova liderança do Secretariado.

A cimeira discutirá o relatório do presidente, que cobre questões fundamentais desde a cimeira anterior realizada no ano passado nas Maurícias.

A África do sul, que preside ao Órgão da SADC para Cooperação em Política, Defesa e Segurança, apresentará também um relatório para discussão.

São questões-chave no domínio político as eleições realizadas no Botswana em Outubro de 2004, na Namíbia (Novembro), em Moçambique (Dezembro), no Zimbábue (Março de 2005) e nas Maurícias, a 3 de Julho.

Outras questões políticas que poderão caracterizar a Cimeira são os processos eleitoral e constitucional na República Democrática do Congo. O país está a preparar a realização de um referendo sobre a nova Constituição que, se adoptado, preparará o caminho para eleições. Em Junho a votação foi adiada por seis meses, aguardando-se a criação de um ambiente legal apropriado.

Espera-se que a cimeira analise o progresso rumo a uma Zona de Comércio Livre em 2008, assim como as negociações multilaterais em curso sobre o comércio, incluindo um novo acordo de parceria com a União Europeia.

Está prevista a análise do ponto de situação da implementação da Declaração de Dar-es-Salaam sobre Agricultura e Segurança Alimentar, tendo especialmente como pano de fundo a carência de alimentos que presentemente se verifica no

Botswana, no Lesoto, no Malawi, em Moçambique, na Zâmbia e no Zimbábue.

A pandemia do HIV e SIDA, que tem prejudicado severamente os esforços de desenvolvimento na região, ocupará certamente um lugar de relevo nas deliberações. A região rege-se por uma declaração e um plano de acção para o HIV e SIDA adoptados em 2003 em Maseru por Chefes de Estado e Governo.

Em matéria de género e desenvolvimento, está prevista a apresentação de um novo protocolo para consideração. Caso venha a ser adoptado, o protocolo melhorará efectivamente a Declaração sobre Género da SADC, tornando-a, dessa forma, um instrumento político legalmente vinculatório.

Espera-se que o protocolo proposto eleve a meta de representação da mulher em posições

de tomada de decisão de 30 para 50%, em conformidade com a União Africana.

Prevê-se que a cimeira discuta o resultado da Cimeira da União Africana realizada em finais de Julho em Sirte, na Líbia, e do Grupo dos Oito países industrializados que, entre outras questões, tomaram decisões de grande alcance sobre o alívio da dívida e a ajuda aos países em desenvolvimento.

Analisar-se-á o evoluir da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD), assim como a realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, face à Cimeira de Revisão do Milénio a realizar-se em Setembro.

Espera-se uma decisão sobre a candidatura a membro apresentada por Madagáscar em Agosto do ano passado e que seria analisada no prazo de um ano.

Os Chefes de Estado e Governo deverão discutir a designação de um novo Secretário Executivo e seu adjunto.

Escutar-se-á um relatório de progresso sobre o financiamento, concepção e construção da nova sede da SADC, dado que a SADC House se tornou demasiado pequena para o pessoal do Secretariado alargado. A nova sede será construída em Gaborone, que tem acolhido o Secretariado desde 1980.

Primeiro reunir-se-ão os funcionários seniores, seguidos pelo Conselho de Ministros, para preparar a Agenda da Cimeira de Chefes de Estado e Governo, o mais alto órgão de decisão da SADC.

Está prevista a realização de eventos especiais para marcar o 25.º aniversário da SADC, criada numa cimeira que decorreu em Lusaka a 1 de Abril de 1980. O número de membros aumentou de 9 para 13 países.

União Africana solicita maior representação de África nas Nações Unidas

A UNIÃO Africana reafirmou o seu desejo de reforçar a liderança da Assembleia Geral das Nações Unidas, para que este órgão possa cumprir o seu papel de órgão mais representativo e democrático do sistema das Nações Unidas.

Os líderes africanos aprovaram também a recomendação do Conselho Executivo da União Africana de ministros dos negócios estrangeiros solicitando a atribuição de dois lugares de membros permanentes no Conselho de Segurança das Nações Unidas a África, com todos os privilégios, incluindo o direito de veto, e dois lugares não-permanentes.

O objectivo é deste modo fortalecer o Secretariado das Nações Unidas, tornando-o mais responsável e democrático para com os interesses e aspirações de África, disseram os líderes africanos na Cimeira da União Africana realizada em Julho na Líbia.

Os líderes aprovaram também recomendações no sentido de se aumentar de 15 para 26 o número de membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Seis dos 11 novos membros teriam assentos permanentes, incluindo dois para África, dois para a Ásia, um para a América Latina e Caraíbas, e um para a Europa Ocidental. Os cinco membros não-permanentes seriam repartidos entre África (2 assentos), a Ásia, a Europa Oriental, a América Latina e as Caraíbas.

"Reafirmamos o nosso compromisso e determinação para garantir ao Conselho Económico, Social e Cultural (ECOSOC) o estatuto de mecanismo central de coordenação das actividades das agências especializadas do sistema das Nações Unidas e seus órgãos auxiliares no domínio económico e social para permitir um melhor cumprimento do seu papel na realização dos objectivos de desenvolvimento do milénio," declararam os líderes.

A ECOSOC é a organização da sociedade civil da União Africana, que os líderes africanos também pretendem reforçar para coordenar eficazmente as actividades das agências das Nações Unidas e instituições de Bretton Woods do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional.

Seis países estão na corrida para representar a União Africana no Conselho de Segurança como membros permanentes. Tais países são Angola, o Egipto, o Quênia, a Nigéria, a África do Sul e o Senegal.

Perfil do País

BOTSWANA

O **BOTSWANA** é um país de grande contraste. Para oeste, as extensas areias do deserto do Kalaari alastram-se à Namíbia. Para Norte, a deslumbrante beleza do Delta do Okavango, repleto de fauna bravia, e o rio Chobe. Para Este, as terras aráveis e fazendas com o seu gado de pontas longas ladeiam com o Zimbabwe e a África do Sul.

O Botswana é hoje considerado uma das histórias de sucesso económico de África, ainda que em 1966, quando se tornou independente da Grã-Bretanha, se encontrasse entre os 25 países mais pobres e menos desenvolvidos do mundo.

Ao longo destes anos, o país deu grandes passos no desenvolvimento nas áreas de crescimento económico, educação, infra-estruturas e indústria mineira, entre outras.

Na altura da independência, o país tinham muito poucas infra-estruturas físicas. Poucas eram as estradas asfaltadas e muitas zonas eram inacessíveis.

Grças aos esforços conjuntos do governo, do sector privado, das comunidades e outros intervenientes, foram significativas as mudanças registadas. O processo consultivo nacional assenta no sistema *kgotla* de reuniões das aldeias.

Liderança

Desde a independência que o Botswana tem beneficiado imenso da liderança dos seus três presidentes. Foram eles o presidente fundador, Seretse Khama, o seu sucessor, Ketumile Masire, e o que se encontra actualmente no cargo, o Presidente Festus Mogae.

O eleitorado elegeu poucas mulheres para o parlamento, mas o Presidente Mogae agiu no sentido de se nomearem mais mulheres tanto para o parlamento como para o governo.

Especialista de Género nomeada Procuradora-Geral

ATHALLIAH MOLOKOMME foi nomeada Procuradora-Geral do Botswana. Molokomme foi, nos últimos dois anos, juíza do Supremo Tribunal do Botswana. Antes disso, foi funcionária superior do programa de género do secretariado da SADC, onde encabeçou a Unidade de Género, esteve activamente envolvida no desenvolvimento da Declaração da SADC sobre Género e Desenvolvimento, e criou, com sucesso, uma rede de apoio regional de organizações ligadas ao género.



Diamantes

O país beneficiou da exploração de minas, especialmente de diamantes, e o sector mineiro surgiu como o principal impulsionador da economia com a exploração de diamantes, cobre, nquel, soda cáustica e sal.

O crescimento no sector mineiro permitiu o aumento das exportações e das receitas em divisas. A moeda local, o pula, é uma das moedas mais fortes da região SADC.

O maior produtor mundial de diamantes

O **MINISTRO DAS FINANÇAS** do Botswana, Baledzi Gaolathe, afirmou que as receitas deste ano dos diamantes, responsáveis por quase metade das receitas do estado, excederão em 10 por cento a previsão orçamental após a desvalorização do Pula. O ministério das finanças previu para o ano que termina em Março de 2006 uma receita de 1,8 mil milhões de dólares provenientes dos diamantes. O Botswana desvalorizou o pula em 12 por cento relativamente a um cabaz de moedas em 30 de Maio para impulsionar as exportações. (*Business Day Africa*)

Exportações

As exportações de outros produtos aumentaram graças aos benefícios trazidos por acordos multilaterais de comércio, como as sucessivas convenções de Lomé sobre o comércio, que contém concessões para exportação de carne de vaca para a União Europeia.

Grças a este crescimento económico, o Botswana saiu do grupo dos países mais pobres e menos desenvolvidos, sendo agora um país de rendimento médio na classificação do Banco Mundial.

Infra-estruturas e serviços
Sendo o governo o principal receptor de rendimentos, tem investido no melhoramento das infra-estruturas físicas, sociais e

DADOS SOBRE O BOTSWANA

Presidente Festus Mogae	30 de Setembro de 1966
População	1.736.000 (2002)
PIB	US\$6,5 mil milhões (2003)
Importações	US\$3,467 mil milhões (2004)
Exportações	US\$4,459 mil milhões (2004)
Alfabetização	81 por cento
Urbanisation	46 percent
Prevalência Nacional do HIV	17,1 por cento
Esperança de vida à nascença	55,6 anos
Taxa de inflação	6,3 por cento (Maio de 2005)

Secretariado da SADC, Gabinete Central de Estatística do Botswana

económicas. O resultado foi um claro melhoramento na prestação de serviços à população e nas condições para investimento em actividades produtivas e na criação de emprego.

A elevada despesa pública conduziu a uma expansão do emprego no sector público, e intensificou o emprego no sector privado, especialmente na construção, na venda a retalho, nos distritos e serviços relacionadas com a indústria diamantífera.

Nos últimos anos, verificou-se uma descida da taxa de crescimento, e o desafio consiste em encontrar actividades novas e produtivas para providenciar crescimento no emprego e nos rendimentos.

Seca

Em resposta à seca que se está a verificar presentemente, foi iniciado um programa de obras públicas. O Presidente Mogae declarou o Botswana como "afligido pela seca" após escassas chuvas que resultaram num desaire agrícola generalizado, e anunciou medidas de auxílio que vigorarão até Junho do próximo ano.

De acordo com o Ministro de Agricultura, plantaram-se somente 72.500 ha - um quarto da terra cultivável, correspondente a 325.000 ha. "A produção de cereais deste ano está agora estimada em cerca de 19.000tm, cerca de 10 por cento das necessidades nacionais e menos de metade das 46.000 tm produzidas em 2003/4", afirmou Mogae.

Desenvolvimento Nacional

Ao longo dos quase 40 anos de independência, o Botswana exibiu uma relativamente sólida gestão do sector público. O governo utilizou as suas divisas e reservas monetárias para contrabalançar as flutuações cíclicas de curto prazo. A acumulação de reservas de divisas permitiu ao Botswana liberalizar o controle de divisas.

O Botswana desenvolveu um sistema de planos de desenvolvimento nacional baseados num conjunto global de objectivos e estratégias, e um orçamento global estimado que origina uma série de votações relativas a despesas para projectos, aprovado pelo Parlamento.

Isto evoluiu depois para sistemas de planificação económica e controle orçamental, assegurando que os projectos de desenvolvimento sejam seleccionados com base no seu retorno económico e social.

Visão 2016

A visão de longo prazo do Botswana está reflectida na Visão 2016, que cobre 50 anos a contar da independência.

O documento identifica os principais desafios socioeconómicos enfrentados pelo país e propõe um conjunto de estratégias para os realizar, com base no lema "Procurando Prosperidade para Todos".

Os planos de desenvolvimento do Botswana estão alicerçados em quatro princípios nacionais: democracia, desenvolvimento, autoconfiança e unidade. O quinto princípio é o do *botho*, que determina um processo "visando respeitar para ser respeitado, e potenciar-se potenciando outros".

O rosto de África

KAONE KARIO, do Botswana, é o rosto africano da Nokia 2005. Kario é de Maun, que descreve muito simplesmente desta forma: "É belo, é o meu lar".

Kario, que completou 19 anos de idade no dia do desfile na África do Sul e venceu outras quatro finalistas, incluindo as concorrentes nigeriana e zimbabueana, conquistou um contrato de modelo de 3 anos e um prémio no valor de dólares americanos 30.000.

O concurso atraiu concorrentes de todos os estados-membros da SADC e de nove outros países africanos. As vencedoras precedentes, desde que a competição teve início, foram da Namíbia, da África do Sul, da Nigéria e do Senegal.



SADC regista rápidas mudanças nos processos de igualdade de género e "empowerment" da mulher

OS PAÍSES da África Austral registaram rápidas mudanças nos processos de igualdade de género e aumento do poder de participação e decisão (empowerment) da mulher na última década. Os quadros de referência proporcionados pela Declaração e Plataforma de Acção de Beijing (BDPFA) e a Declaração da SADC sobre Género e Desenvolvimento contribuíram para acelerar essas mudanças.

Quase todos os estados-membros têm agora aparelhos nacionais responsáveis pelo género, bem como pontos focais de género em vários ministérios, incumbidos de fortalecer mecanismos que visem promover o avanço da mulher.

O fortalecimento de mecanismos para promover o avanço da mulher é uma das seis principais áreas que a SADC identificou para fazer incidir a sua atenção nos diversos entraves ao aumento do poder de participação e decisão da mulher e ao avanço da mulher nas esferas social, cultural, económica e política.

Como obstáculos neste domínio, foram identificadas na 4.ª Conferência Mundial sobre a Mulher realizada em Beijing, na China, em Setembro de 1999, doze importantes áreas a merecer atenção. Em Setembro de 1997, a SADC seguiu o exemplo da BDPFA e identificou, inicialmente quatro, e depois seis áreas críticas sobre as quais se debruçar. São elas:

Fortalecimento de mecanismos para promover o avanço da mulher;
Desigualdades na partilha do poder e na tomada de decisões;

Desigualdades no acesso a recursos económicos;
Protecção de direitos humanos da mulher e da rapariga;
A mulher no quadro de conflitos armados e construção da paz; e
Capacitação, formação, networking e divulgação de informação no domínio do género.

Dez anos passados sobre Beijing, todos os estados-membros da SADC têm políticas nacionais de género, excepto Angola e a Swazilândia, que estão a desenvolvê-las. Tais políticas têm sido complementadas por planos nacionais de acção sobre a implementação da BDPFA, pós-Beijing, e questões emergentes.

Representação das mulheres na tomada de decisão nos estados-membros da SADC, 1997-2005



As vice-presidentes da África do Sul e do Zimbábue, Phumzile Mlambo Ngcuka e Joyce Mujuru, nomeadas respectivamente em 2005 e 2004, saudam ministras do Governo Zimbabueano.

País	Mulheres Deputadas antes de 1997 %	Mulheres no Governo antes de 1997 %	Mulheres Deputadas em 2000 %	Mulheres no Governo em 2000 %	Mulheres Deputadas em 2005 %	Mulheres no Governo em 2005 %	Data das próximas eleições
Angola	9,5	4,9	15,4	11,0(02)	16,4	14,3	2006
Botswana	9	13,5	18,2	23,5	9,8	28,6	2009
RDC	-	-	-	-	12	-	2006
Lesotho	12 (Câmara Alta 36) (Câmara Baixa 11,7)	14,6	10,3	12,5(02)	10,8	23,3	2007
Malawi	5,2	4,3	8,3	17,3	13,99	17,0	2009
Maurícias	7,6	9,8	7,6	8,0	17	4,0	2005
Moçambique	28,4	12,8	28,6	12,5	33	7,1	2009
Namíbia	19,4	11,4	19,2	14,2	22	18,5	2009
África do Sul	27,8	7,2	29,8	33,0	32,75	42,8	2009
Swazilândia	19(Sen.6.7) (HA10)	7,5	7,3	13,3	16,8	18,75	2008
Tanzânia	16,3	9,6	16,3	13,0	22,5	15,0	2005
Zâmbia	18,1	8,9	10,1	8,3	13,7	23,8	2006
Zimbábue	14	8,4	10,7	24,0	10,7	13,3	2010

Postos ministeriais e subministeriais
Compilado por SADC WIDSAA com base em números extraídos de SADC Hoje, Vol 7, Nº 5, SADC, Relatórios nacionais sobre a implementação da Declaração da SADC sobre Género e Desenvolvimento, 2004 Progress Report: SADC WIDSAA, Beyond Inequalities: Women in Southern Africa, SARC, Harare, 2000.

Tem-se registado uma crescente aceitação da importância da participação da mulher na tomada de decisão, com a maioria dos estados-membros a testemunhar um aumento do número de mulheres ocupando postos em órgãos de decisão desde 1995.

No entanto, apenas alguns países da SADC atingiram a meta de 30% de mulheres em posições políticas e de tomada de decisão em 2005. Em Julho deste ano, apenas a África do Sul e Moçambique tinham ultrapassado a meta de 30%.

Os desafios da promoção do acesso da mulher a recursos económicos como a terra, um recurso produtivo chave na SADC, e dos direitos relativos a emprego, bem como a remoção de obstáculos a outras formas de empowerment económico continuam no topo da agenda.

Nos seus esforços para reduzir desigualdades no acesso a recursos económicos, as Maurícias, Moçambique, a Namíbia, a África do Sul, a República Unida da Tanzânia e o Zimbábue estabeleceram processos para que os seus orçamentos sejam elaborados com uma perspectiva de género.

Foram registados alguns desenvolvimentos positivos na legislação contra a discriminação no local de trabalho e no lar, e todos os estados-membros da SADC ratificaram a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (CEDAW).

Apesar de todas as mudanças positivas e dos importantes quadros de acção que emergiram para influenciar o panorama de género e desenvolvimento na SADC, que se encontra em rápida mudança, permanecem profundas contradições.

A resposta formal ao abordar as desigualdades de género existentes não se coaduna com o rápido ritmo de mudança socioeconómica no domínio do género. Diversas respostas políticas não estão à altura da realidade da marginalização da mulher e a mudança qualitativa continua a não ser a maior parte das mulheres. Um bom exemplo são as políticas para fazer face ao HIV e à SIDA, a maior parte das quais carece de uma perspectiva de género e direitos da mulher.

A natureza de género e o acentuado aumento das infecções por HIV e SIDA, doenças e mortes estão a reverter as conquistas alcançadas nos sectores de saúde, emprego e educação, com a mulher e a rapariga suportando o peso do embate. Há uma maior pressão sobre os papéis da mulher e da rapariga socialmente definidos na prestação de cuidados, em particular no que diz respeito a cuidar dos afectados.

Apelo à Cimeira no sentido de promover a Declaração de Género a Protocolo

ORGANIZAÇÕES LIGADAS ao género e ao aumento do poder de participação e decisão (empowerment) da mulher na África Austral solicitaram a promoção da Declaração da SADC sobre género e desenvolvimento a protocolo para acelerar a igualdade de género na região.

A recomendação consta da agenda do Conselho de Ministros da SADC, que se reúne antes da cimeira para preparar recomendações políticas a serem adoptadas.

Representantes de organizações que se dedicam a questões de género e empowerment da mulher na região estiveram reunidas em meados de Julho na África do Sul para partilharem constatações relativas a como foram implementadas até ao presente a declaração da

SADC sobre género de 1997 e a respectiva Adenda de 1998 sobre a violência contra a mulher e a criança.

Verificação feita ao desempenho dos países da SADC na implementação da declaração revelou que, embora tenham aumentado as preocupações relativas à igualdade de género e tenham sido empreendidas acções modelares, em algumas instâncias que colocaram a SADC na linha da frente dos debates globais, é necessário um protocolo sobre género para se acelerar e formalizar a igualdade de género na região.

Como instrumento legalmente vinculatório, um protocolo seria mais efectivo que uma declaração, que não é legalmente vinculatória, na harmonização da legislação nacional.

As verificações feitas revelaram que foram instauradas políticas, disposições legais e programas para contemplar dis-

posições específicas contidas na declaração na maior parte das áreas, mas continuam a existir desigualdades uma vez que a implementação continua fraca e muitos países carecem de mecanismos para ajudar a detectar, controlar e prevenir acções discriminatórias que ocorrem na sociedade.

As disposições relativas à igualdade de género e ao avanço da mulher contidas na declaração da SADC estão ligadas a muitas outras, tais como a BDPFA, a CEDAW, o protocolo para a Carta Africana sobre os Direitos Humanos e dos Povos em matéria de Direitos da Mulher em África, e os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

Para fortalecer a monitorização efectiva do progresso, o proposto protocolo da SADC sobre género definiria metas específicas e cronogramas para se alcançar a igualdade de género.

Princípios e directrizes da SADC reguladores de eleições democráticas

Maurícias elegem novo parlamento e novo governo

por Bayano Valy

UM NOVO governo surgiu das eleições parlamentares que tiveram lugar em Julho nas Maurícias, em que a Aliança Social constituída pelo Partido Trabalhista das Maurícias e Partido Social-Democrata das Maurícias saiu vitoriosa.

A aliança conquistou 38 dos 70 lugares do parlamento de câmara única, permitindo que os anteriores partidos da oposição formassem o novo governo da ilha, liderado pelo político veterano Navinchandra Ramgoolam, filho do primeiro-ministro das Maurícias, Sewoosagur Ramgoolam.

A Missão de Observadores Eleitorais da SADC, liderada pelo embaixador da África do Sul nas Maurícias, Ajay Bramdeo, declarou as eleições livres e justas, afirmando que elas contribuirão "para a consolidação da democracia e para se prosseguir no caminho do desenvolvimento não só das Maurícias mas também da região".

Em segundo lugar, com 22 assentos conquistados, posicionou-se a aliança governativa Movimento Militante Mauriciano/Movimento Socialista Militante de Paul Bérenger, presidente cessante da SADC.

Apenas uma hora após o anúncio dos resultados oficiais, Bérenger apareceu na televisão nacional para gentilmente admitir a derrota.

"Devemos respeitar a democracia" – afirmou, acrescentando: "As eleições decorreram em ambiente calmo e ordeiro e foram um exemplo para a região da SADC e para o mundo". No mesmo discurso, renunciou ao seu posto e anunciou que se encontraria com Ramgoolam para fazer a entrega dos mais importantes dossiers do Governo.

Ao abrigo do sistema eleitoral das Maurícias, 62 candidatos dos 70 assentos da câmara são eleitos por um período de cinco anos, por voto popular directo, num sistema de bloco em que cada votante lança até três votos para três candidatos de cada um dos 21 círculos eleitorais, incluindo a ilha de Rodrigues, ao largo da costa sudoeste, que elege dois deputados.

Os restantes oito candidatos são identificados de uma lista de "derrotados melhor posicionados" considerando grupos étnicos e filiações religiosas, entre outros aspectos. Os outros dois lugares cabem à Organização do Povo de Rodrigues (OPR).

A aflição dos eleitores foi de 82 por cento, de pouco mais de 817.000 votantes elegíveis.

Mais de 80 observadores estiveram presentes nas eleições, representando o SEOM, o Fórum Parlamentar da SADC, o Fórum das Comissões Eleitorais da SADC e a União Africana.

O SEOM colocou 13 observadores, que durante duas semanas observaram todo o decorrer das eleições nos 21 círculos eleitorais.

Embora as Maurícias não tenham atingido a meta de 30% estabelecida pelos líderes da SADC para assegurar a representatividade das mulheres em todas as estruturas políticas e de decisão



até 2005, os mauricianos votaram em 12 mulheres para o Parlamento, o que constitui 17 por cento.

Comparativamente à situação anterior, com 8,6 por cento de mulheres, registou-se um desenvolvimento favorável. 62 mulheres estiveram em campanha para lugares na legislatura.

Desafios para o novo Governo - o açúcar e os têxteis

DE ACORDO com analistas económicos, o açúcar e os têxteis estiveram entre as questões que podem ter influenciado o resultado das eleições parlamentares nas Maurícias.

As Maurícias anunciaram um crescimento de 4% no produto interno bruto (PIB) nos últimos quatro anos, um dos melhores na região da SADC, mas, devido a mudanças no mercado internacional do açúcar e dos têxteis, registou-se um arbrandamento. A Comissão Europeia planeia cortar os preços do açúcar em cerca de 40% no prazo de dois anos a contar de 2005.

Críticos fizeram notar que esta mudança trará graves consequências para as indústrias do açúcar nos países

em desenvolvimento. As Maurícias, Moçambique, a África do Sul, a Swazilândia e o Zimbábwe têm sectores açucareiros bem estabelecidos.

Foi contra este retrocesso que mesmo enquanto se confirmava o vencedor das eleições, o novo primeiro-ministro, Navinchandra Ramgoolam colocou estes sectores no topo da sua lista de prioridades.

Ramgoolam falou já de políticas de implementação para remediar o sector agrícola do país. Outras prioridades serão a implantação de mecanismos para impulsionar a criação de pequenas e médias empresas visando mais postos de trabalho e riqueza, e possivelmente atenuar perdas de emprego.

Uma nova constituição para uma RDC democrática

por Juakali Kambale

A REPÚBLICA democrática do Congo está a preparar uma nova constituição, que abrirá caminho para as eleições gerais programadas para 2006.

A versão preliminar da constituição foi adoptada pelo Parlamento em Maio, mas antes de entrar em vigor a nova constituição será submetida a um referendo marcado para Novembro do presente ano.

Analistas afirmam que a constituição, nesta versão preliminar, é a mais liberal do país desde sempre. De acordo com a nova constituição, o presidente pode ser eleito no máximo para dois mandatos de cinco anos.

Diferentemente da constituição anterior, o presidente da república já não será o chefe do governo. O presidente partilhará os poderes executivos com um primeiro-ministro

eleito dos partidos políticos líderes no parlamento. Contudo, o presidente continua a encarregar-se da defesa, da segurança, e dos negócios estrangeiros.

A nova constituição estabeleceu também a idade mínima de 30 anos para candidatos presidenciais, o que permite ao Presidente actual, Joseph Kabila, com 33 anos idade, apresentar-se como candidato presidencial nas próximas eleições.

As eleições, programadas para Junho 2005 em conformidade com o acordo de paz assinado em Sun City, na África do Sul, foram reprogramadas para o próximo ano.

O adiamento deve-se ao atraso no fornecimento de documentos legais permitindo que a Comissão Eleitoral Independente organize as eleições. O presidente da Comissão, Apollinaire Malu Malu, solicitou ao parlamento o adiamento das eleições por seis meses.

Os políticos e organizações que trabalham no domínio do género afirmam que as mulheres se afastam das actividades políticas nas ilhas porque a vida política é tradicionalmente dominada pelos homens. "As mulheres sentem-se desencorajadas a subir a um estrado e a falar em público," disse Marie Gislaïne da Aliança Social.

Além disso, não contribuiu positivamente o facto de outras mulheres olharem para as candidatas femininas como pessoas que falharam na realização do seu papel tradicional de mães, afirmou ela.

As eleições foram um importante marco para impulsionar a região na implementação dos Princípios e Directrizes Reguladores de Eleições Democráticas na SADC adoptados em Grand Baie, nas Maurícias, em 2004.

Este importante documento, embora não legalmente vinculatório, procura informar sobre os processos eleitorais na região, desafiando os estados-membros a assegurar que realmente trabalham para o engrandecimento da democracia na SADC, bem como para harmonizar a legislação eleitoral nos países membros.

Além disso, são necessários dois importantes documentos, designadamente a Lei Eleitoral e a Lei do Referendo antes de se iniciar a preparação das eleições. Se necessário, a Comissão Eleitoral Independente está autorizada a pedir o adiamento por mais seis meses.

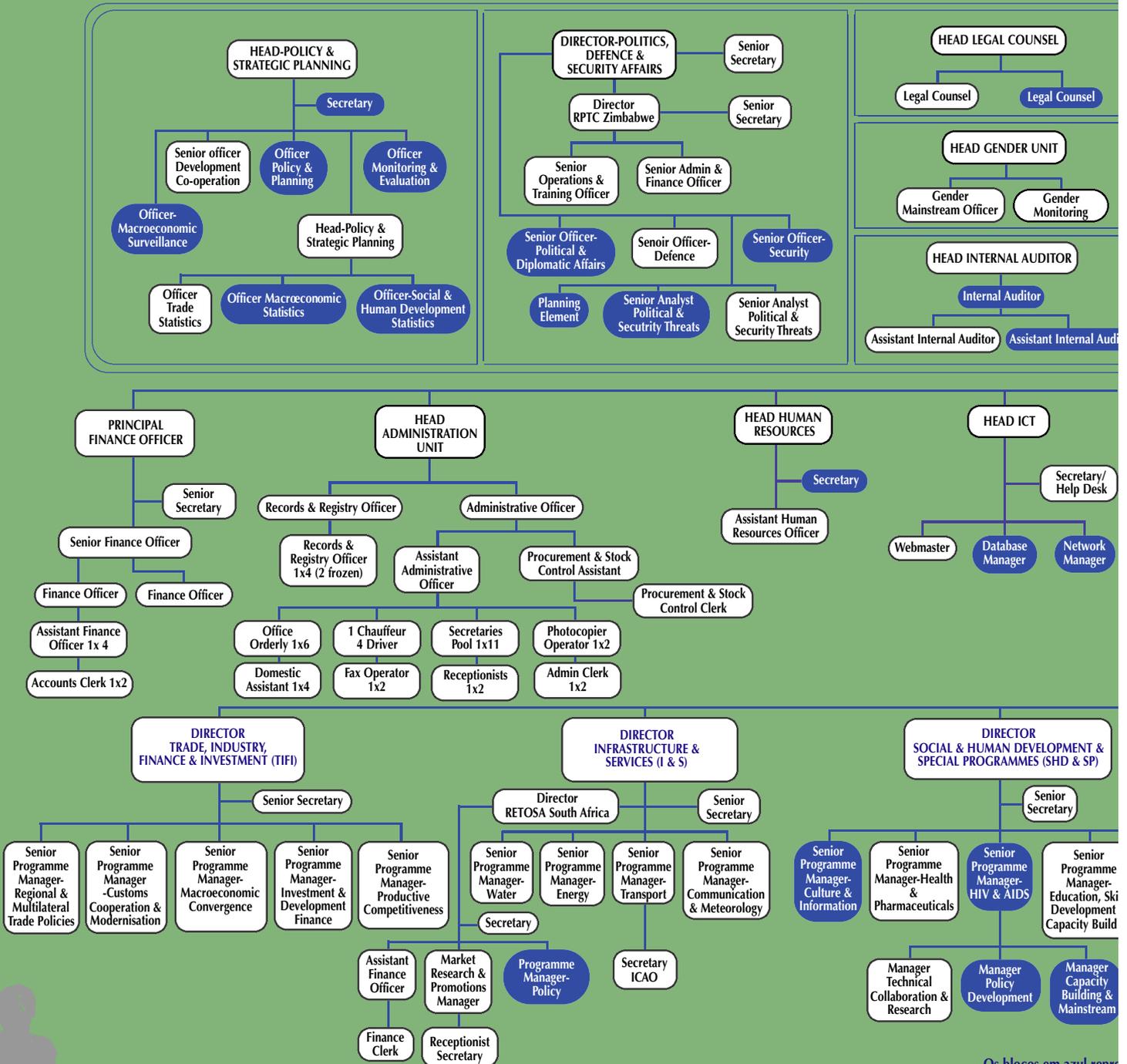
O processo das eleições já se iniciou, com o registo dos votantes a decorrer em Kinshasa. O mesmo processo começará brevemente em outras partes do país.

Segundo a versão preliminar da constituição, serão criadas novas províncias na RDC, actualmente com um total de 11. Serão dez as novas províncias, amplamente descentralizadas tanto em termos políticos como económicos.

De acordo com a versão preliminar da constituição, 40 por cento dos impostos permanecerão nas províncias, enquanto 60 por cento serão enviados para o governo central.

New SADC Secretariat

As approved by SADC Council of Ministers on 25



SADC Secretariat

NB "A relação de informação entre o VICE SECRETÁRIO

O HIV e SIDA, um desafio para a integração regional

por Tsitsi Singizi

À MEDIDA que a SADC avança para uma integração mais profunda, um dos maiores desafios é o impacto do HIV e SIDA no desenvolvimento social, político e económico.

Vista primeiramente como uma questão de saúde, em inícios da década de 90, a política para o HIV e SIDA está a ser agora contemplada em todos os sectores de desenvolvimento por via de uma abordagem multisectorial.

Os chefes de Estado e Governo da SADC declararam o seu firme empenhamento ao adoptarem a Declaração de Maseru sobre o HIV e SIDA em Julho de 2003. A Declaração

está a ser implementada através de intervenções estratégicas multisectoriais contidas no quadro estratégico da SADC para o HIV e SIDA de 2003-2007.

Entre as áreas prioritárias encontram-se cuidados, testagem, tratamento, prevenção e mobilização social. A Declaração decidiu também simplificar os mecanismos para o desembolso atempado de recursos para assegurar que todas as comunidades tenham acesso adequado a fundos para combater o HIV e SIDA.

Os estados-membros da SADC conceberam políticas para fazer face à pandemia, especialmente nas áreas de prevenção e tratamento. Foram

implementados numerosos projectos visando a consciencialização e prevenção, passando agora o enfoque para tratamento e cuidados destinados aos que vivem com HIV e SIDA.

Os Chefes de Estado da SADC prometeram atribuir pelo menos 15% dos orçamentos anuais ao melhoramento dos serviços de saúde. Comprometeram-se ainda a erradicar a pobreza, responsável pelo agravamento dos impactos da pandemia na região.

Estes compromissos estão em conformidade com a Declaração de Abuja, adoptada pela Cimeira Especial da Organização da Unidade Africana (OUA) sobre o SIDA realizada em

2001, que solicitou aos governos africanos a atribuição de 15% dos orçamentos nacionais a despesas de saúde, com ênfase para o HIV e SIDA.

A declaração da OUA apela para uma despesa mínima para cobrir serviços de prevenção, cuidados e mitigação nos esforços para reduzir a propagação da pandemia.

Embora a região esteja a trabalhar no sentido de aumentar o acesso a medicamentos anti-retrovirais para os infectados com o vírus, o acesso a alimentação continua no topo das prioridades dos governos na medida em que eles procuram apoiar de forma holística as pessoas que vivem com HIV e SIDA.

O HIV e SIDA afecta a produtividade da terra na África Austral

por Clever Mafuta

A ÁFRICA Austral tem as mais elevadas taxas de prevalência de HIV e SIDA a nível mundial, uma situação com impactos negativos na produtividade da terra e nos direitos de posse, especialmente em viúvas e crianças.

Com 70% da população da região dependendo da terra como meio de subsistência e face às reformas agrárias que se estão a verificar ou a ser

contempladas, o impacto do HIV e SIDA na terra deve ser alvo da maior atenção.

O HIV e SIDA constitui um desafio para todos os aspectos das políticas relativas à terra dado que afecta a população que delas deve tirar benefícios, assim como o pessoal das instituições que apoiam a sua implementação.

Devido à pandemia, alguns dos que possuem terras podem ser forçados a alterar os seus padrões de uso, da

advindo uma mais baixa produtividade por se envolverem em práticas com menos trabalho intensivo.

Os afectados ou infectados pelo HIV e SIDA podem ser forçados a negociar com outros utilizadores os seus recursos de terra através de mecanismos de arrendamento, leasing ou partilha de culturas.

De acordo com um documento da Oxfam Internacional e da Save the Children UK, as perdas nos rendimentos resultantes do HIV e SIDA são provocadas por muitos factores, incluindo a redução de mão-de-obra devido a doenças e ao desvio das atenções para maiores necessidades nos cuidados a prestar a doentes; à venda de bens produtivos como sementes, equipamento e gado; e ao facto de as responsabilidades passarem para idosos e jovens com menos experiência.

Segundo um relatório da SADC, o *New Approaches Needed to Food Security*, o acentuado declínio no rendimento e na produção agrícola dos agregados familiares afectados pelo HIV e SIDA exige uma assistência continuada orientada pelo consumo sob a forma de redes de segurança. A exposição à pobreza e uma alimentação inadequada podem acelerar a evolução do HIV para um quadro pleno de SIDA.

O apoio à produtividade deverá incidir sobre o melhoramento da produtividade de agregados familiares afectados pelo HIV e SIDA em geral, com especial enfoque para os agregados familiares chefiados por mulheres idosas e doentes crónicos. O relatório recomenda também intervenções com "elevado rácio acesso a alimentos por mão-de-obra".

O Plano Indicativo Estratégico de Desenvolvimento Regional (RISDP) deu ênfase a uma abordagem multisectorial da pandemia, estabelecendo uma meta para travar e começar a reverter a propagação do HIV e SIDA em 2015.

Instituições de comunicação social irão conceber políticas de local de trabalho

A ÁFRICA Austral está a finalizar um manual para orientar o desenvolvimento de políticas de local de trabalho em instituições de comunicação social, um de vários projectos implementados pelo Fórum de Editores da África Austral (SAEF – Southern Africa Editors Forum) ao abrigo de um programa com a duração de dois anos.

O SAEF decidiu que pelo menos 80% das instituições de comunicação social na região deverão ter políticas e programas de local de trabalho até ao fim de 2006.

Além disso, o SAEF está a trabalhar na promoção de cobertura moral da pandemia por empresas de comunicação na região.

A alimentação é crucial no tratamento do HIV e SIDA

OS ZAMBIANOS foram exortados a integrar uma componente nutricional no tratamento do HIV e SIDA.

A Associação de Saúde das Igrejas da Zâmbia (CHAS – Churches Health Association) afirma que proporcionar medicamentos anti-retrovirais gratuitos (ARVs) não é por si suficiente para tratar os infectados.

Segundo a CHAZ, devem ser estabelecidos programas para garantir segurança alimentar que assegurem acesso aos géneros alimentares necessários para uma dieta equilibrada de pessoas que vivem com HIV e SIDA, pois uma terapia anti-retroviral só terá o efeito desejado se os pacientes estiverem devidamente alimentados.

Um número estimado em 24.000 pessoas estão em tratamento com anti-retrovirais no país, estando o governo a despender esforços no sentido de aumentar o acesso para 100.000 pessoas até ao fim do ano. (*The Post*)

Estatuto dos instrumentos legais da SADC até 25 de Junho de 2005

Nome do Instrumento	Data de Assinatura	Data de entrada em vigor
Tratado da SADC	17 de Agosto 1992	30 de Setembro 1993
Protocolo sobre Imunidades e Privilégios	17 de Agosto 1992	30 de Setembro 1993
Protocolo sobre Sistemas de Cursos de Água Partilhados	28 de Agosto 1995	28 de Setembro 1998
Protocolo sobre Energia	24 de Agosto 1996	17 de Abril 1998
Protocolo sobre Transportes, Comunicações e Meteorologia	24 de Agosto 1996	6 de Julho 1998
Protocolo sobre Combate a Drogas Ilícitas	24 de Agosto 1996	20 de Março 1999
Protocolo sobre Comércio	24 de Agosto 1996	25 de Janeiro 2000
Carta do Turismo Regional Organização da África Austral (RETOSA)	8 de Setembro 1997	8 de Setembro 1997
Protocolo sobre Educação e Formação	8 de Setembro 1997	31 de Julho 2000
Protocolo sobre Minas	8 de Setembro 1997	10 de Fevereiro 2000
Protocolo sobre Desenvolvimento do Turismo	14 de Setembro 1998	26 de Novembro 2002
Protocolo sobre Saúde	18 de Agosto 1999	14 de Agosto 2004
Protocolo sobre Conservação da Fauna Bravia e Policiamento	18 de Agosto 1999	30 de Novembro 2003
ME sobre Cooperação na Padronização, Qualidade, Segurança, Acreditação e Meteorologia na SADC	9 de Novembro 1999	16 de Julho 2000
Protocolo sobre Assuntos Legais	7 de Agosto 2000	
Protocolo sobre Tribunais e Normas de Procedimento	7 de Agosto 2000	14 de Agosto 2001
Protocolo Revisto sobre Recursos Hídricos Comuns	7 de Agosto 2000	22 de Setembro 2003
Emenda do Protocolo sobre Comércio	7 de Agosto 2000	7 de Agosto 2000
Acordo sobre Emenda ao Tratado da SADC	14 de Agosto 2001	14 de Agosto 2001
Protocolo sobre Cooperação em Política, Defesa e Segurança	14 de Agosto 2001	2 de Março 2004
Protocolo sobre o Controlo de Armas de Fogo, Munições e Outros Materiais Afins na SADC	14 de Agosto 2001	8 de Novembro 2004
Protocolo sobre Pescas	14 de Agosto 2001	8 de Agosto 2003
Protocolo sobre Cultura, Informação e Desportos	14 de Agosto 2001	--
Protocolo contra a Corrupção	14 de Agosto 2001	--
Protocolo sobre Extradicação	3 de Outubro 2002	--
Protocolo sobre Florestas	3 de Outubro 2002	--
Protocolo sobre Assistência Legal Mútua em Matérias Criminais	3 de Outubro 2002	--
Acordo sobre Emenda do Protocolo sobre Tribunais e Normas de Procedimentos	3 de Outubro 2002	3 de Outubro 2002
ME sobre Cooperação em Impostos e Matérias Afins	8 de Agosto 2002	8 de Agosto 2002
ME sobre Convergência Macroeconómica	8 de Agosto 2002	8 de Agosto 2002
Pacto sobre Defesa Mútua	26 de Agosto 2003	--
Carta dos Direitos Sociais Fundamentais	26 de Agosto 2003	26 de Agosto 2003
Declaração sobre Género e Desenvolvimento	8 de Setembro 1997	
A Prevenção e Erradicação da violência contra mulheres e crianças, uma agenda à Declaração sobre Género e Desenvolvimento	14 de Setembro 1998	
Declaração sobre Produtividade	18 de Agosto 1999	
Declaração sobre Tecnologias de Informação e Comunicações (TIC)	Agosto 2001	Não requer ratificação
Declaração sobre HIV e SIDA	15 de Julho 2003	
Declaração sobre Agricultura e Segurança Alimentar	15 de Maio 2004	

*Realces indicam adições/alterações feitas desde Agosto de 2004



Cursos de água partilhados são críticos para a gestão da água na região

por Clever Mafuta

A **GESTÃO** de cursos de água partilhados na região da SADC fortaleceu a integração entre os estados-membros que se comprometeram a implementar colectivamente políticas e programas de gestão de água.

Através do Protocolo revisto sobre Cursos de Água Partilhados, a região procurou maximizar os aspectos positivos da gestão da água partilhada, minorando simultaneamente o potencial de concorrência ou conflito relacionado com a escassez daquele recurso.

O Protocolo revisto sobre Cursos de Água Partilhados entrou em vigor em 2003, sucedendo o Protocolo sobre Sistemas Hídricos Partilhados de 1995. Cerca de 70 por cento dos recursos de água doce da África Austral encontram-se nas 15 bacias partilhadas da região.

Dada a ocorrência regular de secas na região, a gestão de recursos hídricos é um desafio-chave para a África Austral. A água é um factor decisivo nas premissas para o desenvolvimento económico, incluindo o seu papel na produção de energia eléctrica.

O grosso do abastecimento de energia da África Austral provém de centrais hidroeléctricas, e, havendo sinais de que a região terá escassez no fornecimento de energia eléctrica em

2007, torna-se fundamental a gestão integrada de recursos hídricos nos termos do Protocolo revisto sobre Cursos de Água Partilhados.

Quer a água quer a energia estão sob a tutela da Direcção de Infra-estruturas e Serviços da SADC, que também é responsável pelos transportes, comunicações e serviços meteorológicos.

Apesar da escassez no fornecimento de água potável, são enormes as potencialidades da região na produção de energia eléctrica. Por exemplo, o Rio Congo tem um potencial de 40.000 megawatts por explorar, o suficiente para levar energia a toda a África, ficando mesmo com excedentes para fornecer a países do Sul da Europa, como a Itália e a Espanha.

Um projecto para explorar o potencial de energia do Congo está ganhando impulso político ao abrigo da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD).

O primeiro Protocolo sobre Sistemas Hídricos Partilhados, assinado em 1995, foi baseado nas Regras de Helsínquia, que pendem profundamente para o princípio da soberania territorial de um estado com um curso de água. Conforme essas regras, um estado a montante tem o direito de usar os recursos hídricos no seu território sem se preocupar com

quaisquer efeitos que de tal uso possam advir no estado a jusante.

A adopção pela região, em Abril de 1997, da Convenção das Nações Unidas sobre a Lei de Usos Não-Navegacionais dos Cursos de Água Internacionais conduziu à revisão do protocolo de 1995.

As principais diferenças entre o velho protocolo e o protocolo revisto assentam no facto de o último pôr o enfoque nos cursos de água e não nos estados com cursos de água, e apelar para o estabelecimento de comissões de bacia, que foram criadas para as bacias dos rios

Zambeze, Limpopo, Okavango, e Orange Senqu.

O protocolo da SADC sobre Cursos de Água Partilhados está a ser implementado através do Plano de Acção Estratégico Regional (RSAP) para a gestão e o desenvolvimento integrado de recursos hídricos.

Estão actualmente em curso vários projectos desenvolvidos a partir do RSAP. Os que mais recentemente obtiveram financiamento foram os de Gestão de Águas Subterrâneas e de Secas, do Banco Mundial (através do Fundo Global para o Ambiente) e da ASDI.

Southern Africa Environment Outlook

THE SOUTHERN Africa Environment Outlook é um novo e ambicioso relatório onde se faz uma análise integrada do meio ambiente na África Austral.

O relatório, que será lançado no final do ano, realça novas questões-chave emergentes e apresenta um conjunto de cenários futuros para a região. O relatório surge dez anos após o primeiro e abrangente *State of the Environment in Southern Africa*, publicado em finais de 1994, e cinco anos depois do primeiro relatório sobre um sistema singular, o *The State of the Environment Zambezi River Basin 2000*.

A preparação do relatório teve por base um processo amplamente consultivo e participativo em que se criaram consensos em torno de perspectivas e prioridades regionais. O Outlook foi construído em redor de um processo de desenvolvimento de sólidos dados e indicadores. O processo teve por suporte os projectos regionais relativos a sistemas de informação geográfica e desenvolvimento de indicadores para a avaliação e apresentação de relatórios do estado do meio ambiente.

Peritos de organizações especializadas e de instituições nacionais incumbidos de apresentar relatórios sobre o estado do meio ambiente estiveram envolvidos tanto na prestação de contribuições como na revisão do manuscrito, o que garantiu equilíbrio regional e credibilidade científica. Os contribuintes, os revisores e o editor técnico são, todos eles, nacionais da SADC.

O processo começou em 1998, inicialmente visando criar alicerces através da identificação de questões, criação de consensos sobre o quadro ideal a utilizar na análise, e concordância quanto a conjuntos de dados e indicadores nucleares para apoiar as análises.

O *Southern Africa Environment Outlook* é um relatório da SADC produzido no âmbito do Communicating the Environment Programme (CEP), uma parceria da SADC com a IUNC – a União Mundial de Conservação e o Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral (SARDC).

O processo beneficiou de um processo de capacitação conduzido pelo Programa do Meio Ambiente das Nações Unidas (UNEP) através da Rede de Informação sobre o Meio Ambiente de África (AEIN). O Centro de Recursos de Ambientais I Musokotwane (AEIN) da SARDC para a África Austral é o centro de colaboração regional para o Africa Environment Outlook, produzido a pedido dos Ministros do Ambiente africanos, e o Global Environment Outlook, ambos produzidos pelo UNEP.

Na região, a abordagem tradicional da apresentação de relatórios sobre o meio ambiente centra-se nas fronteiras, sectores ou recursos naturais nacionais. Neste relatório de 2005, as questões são apresentadas de forma integrada, utilizando o quadro da Drivers Pressure State Impact Response (DPSIR). Impulsionadores e pressões são definidos como causas profundas de mudança ambiental, podendo ser naturais ou induzidas pelo homem. A abordagem da avaliação integrada e apresentação de relatórios, através do quadro DPSIR, responde a quatro questões fundamentais para uma tomada de decisão efectiva, a saber:

- o Que está a acontecer no meio ambiente?
- o Porque é que isso está a acontecer?
- o Que podemos fazer, e que estamos a fazer nesse domínio?
- o O que acontecerá se não agirmos agora?

Tornar realidade o acordo da bacia do Rio Zambeze

por Leonissah Munjoma

O **ESTADOS** da bacia do rio Zambeze reafirmaram o seu compromisso de tornar operacional a Zambezi Watercourse Commission (ZamCom) implementando iniciativas e projectos de gestão da água na bacia.

O objectivo do acordo da ZamCom é o de promover uma utilização equitativa e razoável dos recursos hídricos da bacia do rio Zambeze, promovendo também gestão eficiente e desenvolvimento sustentável entre os oito estados ribeirinhos.

Funcionários da maior parte dos estados da bacia reuniram-se no mês de Julho no aldeamento turístico nas Cataratas de Vitória para discutir questões referentes à implementação do acordo da ZamCom assinado em Julho de 2004. Foram ali discutidas importantes iniciativas previstas para a bacia, incluindo o desenvolvimento

da Incentiva da Bacia do Zambeze para abordar questões de investimentos e erradicação da pobreza; uma nova iniciativa de Gestão da Água para a Agricultura; e a Iniciativa de Irrigação da Bacia do Zambeze e Meios de Subsistência Rurais do Banco Mundial.

Estas iniciativas foram apresentadas por funcionários da Direcção de Alimentação, Agricultura e Recursos Naturais da SADC e do Banco Mundial.

O encontro considerou questões relacionadas com a localização do secretariado da ZamCom e com os critérios de selecção do país hospedeiro; a composição do secretariado e critérios de selecção do pessoal do Secretariado.

Foi adoptado um guião baseado numa nota conceptual delineando os preparativos estratégicos que têm de ser realizados e apresentando opções e passos a serem seguidos antes da comissão se tornar operacional.



Acções de formação conjunta para força armada da SADC é parte do "destino comum" de África

A **ÁFRICA** Austral tem estado a acolher em alguns dos seus estados-membros acções de formação militar sub-regional. Mais recentemente, essa formação teve lugar no Botswana, onde 3.300 soldados de 12 países participaram no exercício *Thokgamo* (Serenidade) em Maun.

O presidente Mogae afirmou que o exercício militar demonstrou que a região tem vontade e capacidade para assegurar o seu próprio futuro.

"Para além de estar em condições de reagir a ameaças locais, esta brigada tornar-se-á o pilar de toda a *African Standby Force* [Força Africana de Reserva], que está ser criada pela União Africana."

Mogae fez notar que a África Austral foi palco de conflitos armados na memória recente "pois o nosso povo lutou para se libertar das grilhetas do colonialismo e do apartheid, mas hoje estamos cada vez mais capazes de gozar os frutos de uma paz sustentável."

Para combustíveis mais limpos

O **GIGANTE** petrolífero da África do Sul, a SASOL, está a investir no desenvolvimento de projectos de gás natural com vista a fornecer aos consumidores fontes alternativas de energia.

O gás natural pode ser comercializado em muitas partes do mundo utilizando a já comprovada tecnologia de liquefação quimica usada pela SASOL. Esta tecnologia transforma o gás natural em vários produtos energéticos e químicos de alta qualidade, incluindo diesel de liquefação quimica de alta eficiência.

O diesel tem baixos teores de aromáticos e praticamente nenhum teor de enxofre, razão pela qual produz menos emissões e contribui para um ambiente mais limpo.

O diesel de liquefação quimica tem, de longe, um índice mais elevado de cetano (o diesel equivalente de octano) que o diesel tradicional, que o torna excepcional em termos de rendimento.

O lançamento deste diesel em mercados mundiais seleccionados terá lugar em 2006 e complementará esforços de vários governos para diversificar e fortalecer os seus futuros abastecimentos de energia. (*Sawubona*)

"De zona de preocupação internacional e rivalidade política, a África Austral transformou-se assim num exemplo para outros do que se pode alcançar com reconciliação e um propósito comum."

As manobras foram organizadas por Botswana e pela França nos termos do Programa de Reforço da Capacidade Africana de Manutenção da Paz (RECAMP), e foram comandadas pelo brigadeiro Letsogile Motsumi, das Forças de Defesa do Botswana.

Com excepção das Maurícias e da República Democrática do Congo, todos os estados-membros da SADC participaram no exercício.

O tratado de Windhoek, assinado em Agosto de 1992 e que constitui a base legal e política da comunidade, visava que os países-membros desenvolvessem valores políticos, sistemas e instituições comuns e promovessem a paz e a estabilidade. Deste modo, em Junho de 1996, a SADC criou o Órgão para Política, Defesa e Segurança.

A nível continental, os países africanos, através da União Africana (UA), decidiram formar forças militares sub-regionais na África do

Norte, Oriental, Austral, Central e Ocidental, para utilização nos esforços de segurança colectiva.

Nova tecnologia para fazer chuva

CIENTISTAS NA África do Sul desenvolveram uma nova invenção para a produção de chuva. A tecnologia desenvolvida oferece um novo modo de semear nuvens forçando nuvens a produzir quase o dobro da quantidade de chuva.

A invenção surge num momento em que na região se procuram seriamente

descobertas importantes na modificação das condições climáticas. Peritos afirmam que o aumento de chuva se baseia na ideia de que se formam gotas de água extra em volta de sal fino no interior das nuvens, mas que descarregar sal conduz frequentemente a amontoamentos de sal inúteis e a perigosas corrosões em aeronaves.

Estão a ser estudadas formas de utilização desta inovação para combater a seca na região, o que poderá aumentar a eficiência e ter também uma boa relação custo-eficácia. (*Sunday Times*)



Painel Africano de Biotecnologia



A **COMISSÃO** da UNIÃO Africana e a Nepad criaram um painel de eminentes estudiosos, industriais e pessoas que definem políticas, o Painel Africano de Biotecnologia (APB), para conceber uma política e estratégia africana em matéria de biotecnologia e fornecer ao continente aconselhamento para políticas abrangentes e independentes no domínio das ciências.

A criação deste grupo de conselheiros de alto nível é reveladora da determinação de África em seguir uma abordagem comum informada de questões respeitantes a biotecnologia moderna e sua aplicação na saúde, na agricultura, na indústria, na actividade mineira e no ambiente.

O APB identificará e recomendará vias específicas de construção de capacidades em África para aplicar e manusear com segurança a biotecnologia moderna. (*NEPAD Dialogue*)

Centros de Excelência em Biotecnologia

OS PAÍSES africanos comprometeram-se a estabelecer redes de Centros de Excelência em Biotecnologia para agricultura, saúde, ambiente e indústria mineira, consagradas a prioridades e aplicar ciências da vida e biotecnologia para remover barreiras à produção, saúde e gestão ambiental.

A Iniciativa de Biotecnologia Africana (ABI)/Nepad foi concebida para traduzir estes compromissos em acções programáticas concretas, reconhecendo que as ciências da vida e a biotecnologia oferecem um enorme potencial para fortalecer o desenvolvimento e a inovação em África.

A iniciativa cobre três programas-estandarte do secretariado de ciências e tecnologia da Nepad: ciência da biodiversidade, biotecnologia, e conhecimentos indígenas e tecnologia. (*NEPAD Dialogue*)

Produtores de sementes instados a tirar proveito da ciência e da tecnologia

O **MINISTRO** de Ciências e Tecnologia do Zimbabwe está a promover investigação para o desenvolvimento de variedades de sementes adequadas a diferentes condições climáticas e ambientes com vista a diversificar a produção agrícola em todas as regiões do país.

Agricultores de áreas húmidas são encorajados a produzir culturas mais adequadas às suas condições, enquanto os de áreas secas podem plantar culturas resistentes à seca.

Uma companhia zimbabueana de sementes encontra-se presentemente a trabalhar em iniciativas para o desenvolvimento de outras variedades de sementes através de investigação no Zimbabwe e em países como o Malawi e Moçambique. (*The Herald*)



Indústria têxtil

Investimento e comércio intra-regional são fundamentais para vencer desafios económicos

por Chengetai Madziwa

OS PAÍSES da África Austral estão otimistas considerando que um maior investimento interno e maior competitividade na produção impulsionarão as suas economias, negativamente afectadas por um abrandamento na indústria têxtil.

Com a gradual retirada do sistema de quotas da Organização Mundial do Comércio (OMC) em início de 2005, as empresas têxteis da região da SADC começaram a procurar medidas para promover investimento na região.

"É necessário que procuremos investimentos na região, o que exige que tenhamos as nossas próprias

fábricas. Para conseguirmos tais investimentos, temos de abordar questões como segurança, estabilidade macroeconómica, boa governação e trabalho", afirma Agrina Mussa, Presidente da Associação das Câmaras de Comércio e Indústria da SADC.

A região beneficiou do Acordo Multifibra da OMC, um acordo que protegia as indústrias têxteis em países em desenvolvimento. Graças às vantagens por ele trazidas, a indústria têxtil do Lesoto passou a ser o maior sector no país, e os têxteis representam uma percentagem estimada em 83% das exportações da Suazilândia. O Malawi e a África do Sul possuem também consideráveis indústrias têxteis.

A comunidade de negócios da região defende que as regras da OMC protegem os interesses internos dos grandes produtores nos países em desenvolvimento. Acreditam que é chegado o momento para os países africanos procurarem protecção para as suas próprias indústrias e, para fortalecer a sua posição, as empresas têxteis planeiam formar uma associação comercial regional.

Empresas da indústria têxtil foram exortadas a trabalhar afinadamente para melhorar a sua produtividade face à forte concorrência das poderosas firmas de vestuário e têxteis situadas na Ásia. De acordo com a comunidade de negócios, isto pode ser

materializado de forma mais eficiente se os governos criarem incentivos dinâmicos para os investidores da indústria de vestuário e têxtil.

Países asiáticos têm gozado de acesso ilimitado ao mercado isento de impostos dos Estados Unidos depois de terem sido levantadas as quotas. A remoção das restrições de quota nos termos do acordo modificado significa que os produtores africanos deixaram de estar protegidos da concorrência dos produtores asiáticos de grande escala.

"Do que necessitamos agora é de estratégias que nos preparem para drásticas mudanças no futuro," afirmou Martin Kansichi, Ministro do Comércio do Malawi.

O abrandamento que se verificou na indústria têxtil afectou o desenvolvimento social, especialmente onde as famílias viram os seus rendimentos reduzidos por perda de empregos ou onde foram encerradas empresas têxteis.

Os países mais afectados na região, o Lesoto e a Suazilândia, estão a trabalhar na diversificação das suas economias por forma a criar emprego e a dinamizar o seu crescimento económico.

A nível regional, prevê-se que a implementação do Protocolo sobre o Tratado da SADC, que tem em vista uma Zona de Comércio Livre em 2008, fortaleça os laços económicos entre os estados-membros.

SADC procura alcançar a livre circulação de pessoas em 2006

UMA PROPOSTA de protocolo a ser apresentada à Simeira da SADC poderá facilitar a remoção de visas e à livre circulação de pessoas na região no próximo ano.

"O objectivo específico é o de facilitar a entrada de pessoas nos estados-membros num período máximo de 90 dias por ano sem se precisar obter visto," afirmou o Secretário executivo, Dr. Prega Ramsamy, depois do encontro preparatório em Johannesburg.

Ele acrescentou, que este feito irá pavimentar o caminho para a livre circulação de mercadorias e serviços, capital, comércio e pessoas na região. A SADC visiona o estabelecimento da área de comércio livre em 2008.

A eliminação de visas é uma das medidas propostas para o avanço de

uma integração profunda e para espelhar o potencial regional de desenvolvimento, incluindo o acesso às atracções turísticas como as áreas de conservação transfronteiriças e parques nacionais na região.

Isto irá também agradar aos organizadores sul-africanos da copa mundial que apelam pela uni-visa regional antes de 2010, de forma a facilitar a expansão dos benefícios económicos do facto da copa mundial de 2010 se realizar dentro da região.

A África do Sul ganhou a oportunidade de realizar o torneio no seu território no ano passado, e espera-se que conclua as preparações até finais de 2007.

Maurícias lançam nova bolsa

PLANOS PARA lançar um novo mercado de acções em Junho de 2006 estão em curso nas Maurícias num esforço visando atrair investidores estrangeiros para introduzirem novos produtos e empresas nos vários sectores do país, incluindo os do turismo e serviços financeiros.

A bolsa substituirá o não-regulado mercado não-oficial e funcionará em paralelo com o mercado principal de Semdex, que, na sequência das recentes reduções das taxas de juro, está a comercializar próximo dos mais elevados registos.

Investidores estrangeiros estão impedidos de comercializar não oficialmente, mas são bem-vindos na nova bolsa, que requer de uma empresa uma margem livre mínima de 10% de acções e normas de alistamento mais simples. (*Business Report*)

Lançado órgão nacional de tecnologia de informação e comunicação

FOI LANÇADA na Namíbia uma organização *umbrella* de empresas de Tecnologia de Informação e Comunicação (ICT). A ICT Alliance Namíbia representará quer empresas quer profissionais de informática e utilizadores de computadores.

Para além da promoção do uso ético e sustentável dos computadores na sociedade, e evitando simultaneamente que os utilizadores sejam explorados por desconhecimento, os propósitos e objectivos da ICT Alliance Namíbia são influenciar e modelar a elaboração de políticas de ITC para a indústria e para os utilizadores, assim como impulsionar a elaboração de políticas de ITC no país. (*The Namibian Economist*)

Namíbia pretende *black empowerment*

O GOVERNO da Namíbia começou a incentivar as empresas por todo o país a serem proactivas no que respeita ao Black Economic Empowerment (BEE). Espera-se que o sector privado incorpore o BEE na planificação das suas estratégias e estruturas como forma de assegurar estabilidade de longo prazo e de se tornar plenamente integrado no mainstream da economia namibiana. (*New Era*)

Construção de Alta Velocidade

A PROVÍNCIA sul-africana de Gauteng está preparada para se tornar "num gigantesco local de construção" na medida em que arrancam em Agosto as obras do projecto de um ramal de alta velocidade no valor de milhares de milhões de randes. O projecto é descrito por funcionários como uma parceria público-privada de dimensão jamais vista em África. O Governo adjudicou o concurso a um consórcio local e internacional para a construção de um ramal de 80 km de alta velocidade concebido para ligar Joanesburgo e os seus aeroportos à capital, Tshwane (Pretória), na altura do Campeonato Mundial de 2010. (*Southern Times*)

Enaltecida a disciplina fiscal do Malawi

O SECTOR privado saudou o governo malawiano pela disciplina fiscal manifestada no ano financeiro de 2004/05. Foram bem acolhidos os esforços para reduzir o défice orçamental e as medidas para abordar o fardo da dívida interna e atrasos para o próximo ano fiscal de 2005/06.

Segundo uma declaração do sector privado, se a despesa do Governo continuar dentro dos limites dos recursos alocados, o desempenho económico do país melhorará. Uma redução na taxa de juro de 35 para 25% no ano transacto foi um dos resultados positivos indirectos de que já beneficiou.

O sector privado reconheceu também que as suas propostas para a reforma fiscal foram consideradas no novo orçamento. (*The Chronic, Malawi*)

MOEDAS

País	Moeda	(1 \$EUA)						
Angola	Kwanza (100 lwei)	89.20	Botswana	Pula (100 thebe)	5.40	RDC	Franco Congolés	496.00
Lesoto	Maloti (100 lisente)	6.52	Madagáscar	Franco malgache	9,275.00	Malawi	Kwacha (100 Tambala)	123.70
Maurícias	Rupia (100 céntimos)	29.55	Moçambique	Meticais (100 centavos)	24,497.50	Namíbia	Dólar (100 céntimos)	6.52
África do Sul	Rand (100 céntimos)	6.53	Suazilândia	Lilangeni (100 céntimos)	6.52	Tanzania	Xelim (100 céntimos)	1,130.50
Zâmbia	Kwacha (100 ngwee)	4,542.50	Zimbábue	Dolar (100 céntimos)	17,694.15			

Agosto 2005



OIL: Politics, Poverty and the Planet

O ACESSO a petróleo e gás natural, e seus preços, são eixos de enorme importância da estratégia geopolítica e das perspectivas económicas globais, e há um século que o têm sido. Escrito por Toby Shelley, jornalista do Financial Times que durante muito tempo cobriu o sector de energia, este livro proporciona aos seus leitores informação fundamental para compreender a inconstante estrutura da economia global do petróleo e do gás - onde se encontram as reservas, quem produz o quê, padrões de comercialização, tendências de consumo, preços. O livro salienta questões políticas e sociais no sector global de energia - as desigualdades internas, os conflitos civis e a pobreza generalizada que a dependência das exportações de petróleo inflige aos países em desenvolvimento, bem como as estratégias dos países ricos (especialmente dos Estados Unidos) para controlar as regiões ricas em petróleo.

A procura de energia encontra-se fortemente em alta. A realidade dos prejuízos ambientais provocados por combustíveis fósseis não pode ser posta em dúvida. Quais as prováveis consequências humanas - alteração nos vectores de doença, inundações sem precedentes, migrações de massas? E que está para ser feito - nos países ricos onde o consumismo impulsiona um aumento crescente da procura, e nos países em desenvolvimento que pretendem acelerar o crescimento das suas economias? As fontes de energia alternativas são uma panaceia?

O livro aborda o que é provavelmente a mais abrangente e destabilizadora das questões que a humanidade enfrenta.

The Water Business: Corporations versus People

"Os peritos e recursos privados têm um importantíssimo papel no fornecimento de serviços de água. Infelizmente, se se tenta impor à força esse papel aos potenciais beneficiários, eles frequentemente sufocam." Mike Muller, Director Geral, Departamento de Questões de Água, África do Sul

A privatização do abastecimento de água teve início em Inglaterra em 1989, com Margaret Thatcher; nos dez anos seguintes, quase 10 mil milhões de libras foram em proveito das novas empresas de água. Hoje duas empresas gigantes, a Veolia e a Suez, controlam 80% do mercado internacional privado da água e têm cerca de 300 milhões de clientes. Em países atrás de países eclodiram protestos - na Bolívia, na Argentina, no Ghana, na África do Sul - e os gigantes da água estão a mudar-se para novos mercados na China, na América do Norte e na Europa. Entretanto, bem mais de mil milhões de pessoas ainda não têm acesso a abastecimento de água limpa.

O livro conta a história viva por trás destes factos e números. Com base nas suas próprias entrevistas a pobres, a especialistas e a executivos de empresas da América Latina, de África e da Europa, o autor, o jornalista sueco Ann Christin Sjolander Holland, apresenta-nos uma história muito mais complexa que o simples fornecimento público ou privado, ou combinações inovadoras das duas modalidades. A questão essencial é: a água é direito humano ou apenas uma outra mercadoria negociável?

Os livros são publicados pela Zed Press na série Global Issues.

Environment & Urbanization

Meeting the Millennium Development Goals in Urban Areas

ENVIRONMENT & Urbanization é uma revista semestral para incentivar os investigadores, professores e outros profissionais na América Latina, na Ásia e em África a escrever sobre o seu trabalho, apresentar as suas ideias, debater questões e trocar informação.

A presente edição (Vol 17, Nº 1, Abril de 2005) cobre tópicos como desenvolvimento urbano, regulamentação de questões de água e saneamento, financiamento inovador para habitações de baixo rendimento, o problema crescente de despejos forçados e a necessidade de encontrar soluções

alternativas, incluindo...: com uma abordagem de duas vertentes visando melhorar os bairros miseráveis existentes e reduzir a necessidade de futuros bairros miseráveis". O livro contém estudos de caso do Brasil, da Tailândia, de Cuba, da Índia e da África do Sul.

Environment & Urbanization foi publicado pelo *Human Settlements Programme* do Instituto Internacional para Ambiente e Desenvolvimento (IEED) no Reino Unido e pelo Instituto Internacional do Meio Ambiente e Desenvolvimento (IIED-América Latina) na Argentina.

PUBLICAÇÕES

Implementation of the Beijing Platform for Action, SADC Region 2004 Progress Report

Botswana, Gaborone, SADC Secretariat, 2004.
100 páginas.

Este relatório apresenta uma análise e avaliação do evoluir da implementação da Declaração da SADC sobre Género e Desenvolvimento e das Plataformas de Acção (PFA) Africana e de Beijing e foi preparado como requisito para avaliar o progresso dez anos após a adopção das PFAs Africana e de Beijing em 1994 e 1995, respectivamente. A SADC criou um quadro institucional e operacional para a transversalização do género na região e adoptou um Plano de Acção sobre Género. A SADC reconhece no prefácio que os seus resultados "em questões de género foram os esforços colectivos de todos os parceiros que trabalharam incansavelmente aos níveis nacional e regional."

Disponível em SADC Gender Unit, SADC Secretariat, P. Bag 0095, Gaborone, Botswana.
Registry@sadc.int
Website www.sadc.int

Promoting Gender Equality and Women's Empowerment in Africa: Questioning the achievements and confronting the challenges ten years after Beijing

Ethiopia, Addis Ababa, Economic Commission for Africa, 2005.
42 páginas.

Este documento passa em revista o progresso na implementação da Plataforma de Acção de Beijing em África, questionando a adequação das acções realizadas até à data, com ênfase para os principais desafios transversais que ainda estão por abordar e medidas concretas a serem tomadas.

Disponível em UNECA, P.O. Box 30647, Lusaka, Zambia. srdcsa.uneca@un.org.
Website www.uneca.org

African Union Non-Aggression and Common Defence Pact

Ethiopia, Addis Ababa, African Union, 2005.
16 páginas.

Foi na quarta sessão ordinária da Assembleia, realizada em Abuja, na Nigéria, a 31 de Janeiro de 2005, que estados africanos adoptaram o pacto de defesa. São objectivos do pacto promover a cooperação entre os estados-membros no que respeita a não-agressão e defesa comum; promover a coexistência pacífica em África, prevenir conflitos de natureza inter-estatal ou intra-estatal; e assegurar que as disputas sejam resolvidas por meios pacíficos.

Disponível em African Union, P.O. Box 3243, Addis Ababa, Ethiopia. webmaster@africa-union.org.
Website www.africa-union.org

Africa Environment Information Network. Strengthening environmental assessment and reporting

Kenya, Nairobi, UNEP, 2004.
7 páginas.

Apresenta-se aqui o contexto geral da rede, seu ponto de situação e sua evolução até à data. Contém as recomendações de um *workshop* sub-regional da AEIN visando o reforço da recolha e divulgação de informação relevante para monitorização da visão geral do ambiente e das tendências no continente. Disponível em UNEP, P. O. Box 30522, Nairobi, Kenya. roainfo@unep.org.
Website www.unep.org

HIV/AIDS and Democratic Governance in South Africa: Illustrating the impact on electoral processes

Strand, Per (et al)
South Africa, Pretoria, Institute of Democracy in South Africa (Idasa), 2005.
204 páginas.

O livro explica o impacto do HIV e SIDA em processos eleitorais na África do Sul, proporcionando a primeira evidência disponível das influências da pandemia no processo democrático. Demonstra que o HIV e SIDA não é apenas uma crise de saúde, mas uma pandemia com implicações em processos políticos e sociais. Disponível em Idasa, Cnr Prinsloo and Visagie Streets, Arcadia 0007, Pretoria, South Africa.
Website www.idasa.org.za

The 2005 Post-Election and Drought Mitigation Monetary Policy Framework

por Dr. G. Gono
Zimbabwe, Harare, Reserve Bank of Zimbabwe, 2005.
187 páginas.

Esta declaração sobre a política monetária, emitida pelo governador do Banco Central, é uma análise abrangente do desempenho económico de curto prazo do Zimbabwe. Ela traça, em linhas gerais, pilares adicionais de que a autoridade monetária necessita para apoiar medidas para uma reviravolta económica. A política monetária considera a estabilidade do sector financeiro, reformas na regulamentação, desenvolvimentos inflacionistas e gestão da moeda externa.

Disponível em The Reserve Bank of Zimbabwe, Samora Machel Ave, Box 1283, Harare, Zimbabwe. rbzmail@rbz.co.zw.
Website www.rbz.co.zw



SADC HOJE é produzida como uma fonte de referência das actividades e oportunidades na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, é um guia para os decisores a todos os níveis de desenvolvimento nacional e regional. Os artigos podem ser reproduzidos por qualquer órgão de informação, desde que a fonte seja citada.

EDITOR
Munetsi Madakufamba

COMITÉ EDITORIAL
Chengetai Madziwa, Bayano Valy, Eunice Kadiki, Mukundi Mutasa,
Chenai Mufanawejingo, Chipu Muvezwa, Alfred Gumbwa, Maidei Musimwa,
Pamela Mhlanga, Phyllis Johnson

CONSELHEIRO EDITORIAL
Petronilla Ndebele
Chefe da Unidade de Comunicações, SADC

SADC HOJE é publicada seis vezes por ano pela Southern African Research and Documentation Centre (SARDC) para o secretariado da SADC em Gaborone, Botswana, como uma fonte confiável, fonte de conhecimentos sobre a África Austral. O conteúdo considera os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD) como parte integrante para o desenvolvimento.

© SADC, SARDC, 2005

SADC HOJE recebe de bom grado todas as contribuições individuais e de organizações na região da SADC sob forma de artigos, fotos, notícias e comentários bem como artigos relevantes de fora da região. É pago um montante padrão pelos artigos e fotos utilizados na publicação. Os editores reservam-se o direito de seleccionar ou rejeitar artigos, e editar Segundo o espaço disponível. O conteúdo não reflectem necessariamente as posições oficiais ou opiniões da SADC ou da SARDC.

Assine Hoje

A SADC HOJE encontra-se disponível através de uma assinatura anual. Para seis edições por ano, o valor é US\$75 para fora da África, US\$55 para o resto da África e US\$45 dentro dos países da SADC. A sua assinatura permitiu-lhe receber a revista por correio aéreo ou electrónico.

SADC HOJE é publicada em Inglês e Português bem como disponível em formata electrónico em Francês.

COMPOSIÇÃO E MAQUETIZAÇÃO

Tonely Ngwenya
Arnoldina Chironda

FOTOS & ILUSTRAÇÕES

1, Lekopanye Mooketsi; 2, 3, 5 (em baixo a direita), 6, The Herald
4, 8 – 9, 16, SADC Secretariat; 7, B Valy, SARDC;
5 (em baixo a esquerda), A Molokomme; 5 (em cima a direita), 11, 12, SARDC;
5 (preto e branco), Tlou & Campbell *History of Botswana*, Macmillan,
11, D Martin, APG; 12, T Ngwenya, Projections

ORIGEM E IMPRESSÃO

DS Print Media, Johannesburg

Correspondência deverá ser enviada para:
O Editor, SADC TODAY

SARDC, 15 Downie Avenue, Belgavia, Harare, Zimbabwe
Tel 263 4 791141 Fax 263 4 791271
sadcoday@sardc.net

ou
SADC HOJE

SARDC, Rua D. Afonso Henriques, 141, Maputo, Moçambique
Tel 258 1 490831 Fax 258 1 491178
sardc@maputo.sardc.net

Websites do Information 21

www.sadc.int www.sardc.net; www.ips.org; www.saba.co.za

SADC HOJE é apoiada pelo governo belga, sob o projecto 21 de Informação da SADC, cujo objectivo é reforçar a integração regional através de informação e partilha de conhecimentos, baseada nas relações e afinidades históricas, sociais e culturais e ligações entre os povos da região, e para avançar uma agenda da SADC do século 21.

AGENDA DE EVENTOS 2005

Agosto
3 – 5 África do Sul

Ministros das Finanças e investimento da SADC

Um Comité de Ministros irá discutir a componente de Finanças e investimento do directório do comércio, indústria, finanças e investimento e esboçar o Protocolo sobre Finanças e investimento.

9 – 14 Botswana

Reunião de Ministros do comércio da SADC

A reunião tem como objectivo discutir o progresso na implementação do Protocolo do comércio da SADC, negociação para a parceria económica com a União Europeia, e preparação para a conferência ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Hong Kong em Dezembro.

12 – 14 Botswana

Comité Permanente de Oficiais Sêniores da SADC

O Comité técnico consultivo para o Conselho de Ministros reúne antes do conselho, presidenciado pelo País em exercício da presidência da SADC – Maurícias.

15 – 16 Botswana

Conselho de Ministros da SADC

O Conselho é responsável pelo supervisionamento, monitoria do funcionamento e desenvolvimento da SADC assegurando que as políticas sejam bem implementadas. O Conselho é constituído por Ministros de cada país membro, normalmente, dos Negócios Estrangeiros, Cooperação Internacional, Desenvolvimento económico, Plano ou Finanças. O Conselho precede a Cimeira e prepara as recomendações políticas à serem adoptadas pelos Líderes.

17 – 18 Botswana

Bodas de Prata da SADC

A Cimeira de Chefes de Estado e de Governo é a mais alta instituição fazedora de política da SADC. A Cimeira de Gaborone é histórica na medida em que será o culminar das celebrações que vão marcar os 25 anos de existência e progresso da comunidade regional. A Cimeira irá testemunhar a entrega oficial da presidência rotativa da SADC do Primeiro Ministro das Maurícias, Paul Berenger, para o Presidente do Botswana, Festus Mogae.

21 – 27 Suécia

Semana mundial da água

Organizada pelo Instituto Internacional da Água de Estocolmo, O simpósio irá levar a cabo um *workshop* científico, siminários, exibição para peritos de negócio, estruturas intergovernamentais, bem como gestão de sectores de Ciência e água. A parceria Global da água – África Austral será Participante activo.

30/08 – 1/09 África do Sul

Reunião regional da SADC/DFID sobre DTS

Organizada pela Unidade de HIV e SIDA da SADC com apoio do DFID e o Sistema de Saúde "Trust" na África do Sul, a reunião conta com a participação dos Directores de programas de saúde e serviços de parto dos estados membros bem como outros interessados. O Tema é "*Workshop*" consultativo Regional sobre gestão de doenças de transmissão sexual (DTS) na SADC.

31/08 – 02/09 Botswana

Fórum mundial sobre tecnologia de informação 2005

O Governo do Botswana, em colaboração com a Federação Internacional para o processamento de Informação, acolherá o fórum sobre tendências globais na área das tecnologias internacionais de comunicações (TICs).

29/08 – 08/09 Zimbabwe

Fórum Regional sobre panorama Climático (SARCOF 9)

O objectivo principal é desenvolver consenso sobre o panorama climático para a estação chuvosa de Outubro de 2005 a Março de 2006. O fórum irá discutir o potencial impacto do panorama climático em outros sectores sócio – económicos incluindo saúde, gestão do risco de catástrofes, recursos hídricos e gestão da força hidroelétrica. O fórum irá também rever a estação chuvosa de Outubro 2004 a Março 2005.

Setembro

6 – 9 Tanzania

Festival do Género 2005

Organizado pelo Programa de Redes de Género da Tanzania (TGNP), sob o tema "Género, Democracia e Desenvolvimento: Lutas Populares para um Mundo Alternativo." Este festival junta grupos focalizados em assuntos de Género para discutir progressos alcançados na igualdade de género e transformação social.

13 – 16 África do Sul

Sociedade para a Conferência sobre Epidemiologia Ambiental

O tema da conferência é "Sustentando a Saúde Mundial através da Epidemiologia Ambiental: Estabelecendo uma nova Agenda Global de Pesquisa". Este é um fórum para representantes governamentais, industriais e da comunidade para se discutir questões relativas ao ambiente e a saúde.

14 – 16 NU, Nova Iorque

Cimeira da Revisão do Milénio + 5

A Assembleia Geral da ONU vai levar a cabo uma revisão abrangente dos progressos alcançados a nível mundial com vista a atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, adoptados pelos líderes mundiais em 2000.

21 – 25 India

Reunião Internacional sobre a Mulher e a Saúde

25

anos de desenvolvimento regional

Bodas de Prata
da SADC-SADCC

Os Estados da Linha da Frente e a SADC

TRÊS LÍDERES de pa ses independentes na África Austral que realizaram frequentes consultas entre si no in cio da década de 1970 vieram a ser conhecidos como Estados da Linha da Frente (ELF) - os presidentes Seretse Khama, do Botswana, Kenneth Kaunda, da Zâmbia, e Julius Nyerere, da República Unida da Tanzania.

Presididos por Nyerere, os ELF fizeram conjuntamente esforços para a libertação de pa ses que ainda se encontravam sob o jugo colonial e o apartheid. Em 1975 a eles se juntaram Samora Machel e Agostinho Neto, presidentes de Moçambique e Angola, que acabavam de conquistar a sua independência.

Os ELF estavam conscientes de que a independência pol tica não era por si só suficiente, e a experiência positiva adquirida no trabalho conjunto foi aproveitada e transformada numa cooperação mais ampla com vista ao desenvolvimento económico e social.

1 de Abril de 1980

Entre 1977 e 1979, os representantes dos ELF realizaram consultas entre si sobre a melhor forma de fortalecer a sua cooperação. As consultas culminaram com um encontro em Arusha, em Julho de 1979, que conduziu à criação da Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC) a 1 de Abril de 1980, na Cimeira de Lusaka, e à criação do seu secretariado em Gaborone, a convite de Khama.

Presidindo à cimeira inaugural da SADCC, Khama apelou para região integrada e para o melhoramento das estruturas dos transportes. O objectivo, afirmou Khama, era o de "criar alicerces para o desenvolvimento de uma nova ordem económica na África Austral e forjar uma comunidade unida."

Mas Khama alertou: "a luta pela libertação económica será um confronto tão amargo como foi a luta pela libertação pol tica."

17 de Agosto 1992

O trabalho da SADCC reforçou a necessidade de cooperação regional em matéria de desenvolvimento económico. Doze anos mais tarde, os l deres da SADCC decidiram instaurar um estatuto legal e mais formal, e passaram o enfoque da coordenação de projectos de desenvolvimento para tarefas mais complexas de integração das suas economias numa comunidade regional.

Chefe de Estado e Governo assinaram uma Declaração e Tratado criando a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), na cimeira realizada a 17 de Agosto de 1992 em Windhoek. Um objectivo-chave é "o fortalecimento e a consolidação duradoura das afinidades históricas, sociais e culturais e dos laços entre os povos da região".



O Tratado da SADC foi assinado por Chefes de Estado e de Governo em Windhoek, a 17 de Agosto de 1992



liberdade que lutaram e conquistaram a independência em vários pa ses, culminando com as primeiras eleições democráticas na África do Sul realizadas poucas semanas antes.

O evento marcou a conclusão formal e bem sucedida do mandato atribuído na primeira cimeira da OUA, realizada de 22 a 25 de Maio de 1963, que instituiu o Comité de Coordenação e criou um Fundo Especial para contribuições voluntárias, garantido o apoio de todos os Estados-Membros, e declarou 25 de Maio como Dia da Libertação de África.

Mwalimu Julius Nyerere proferiu o discurso principal da sessão especial de encerramento, na qualidade de antigo presidente da República Unida da Tanzania, antigo presidente dos Estados da Linha da Frente e pai fundador da OUA. A OUA confiara a Julius Nyerere e ao seu pa s o acolhimento do Comité de Libertação e a nomeação de um cidadão nacional para o cargo de Secretário Executivo.

No encerramento do Comité, Nyerere reconheceu o papel do brigadeiro Hashim Mbita, Secretário Executivo por mais de 20 anos, desde 1972, e afirmou: "Sentimo-nos orgulhosos pela sua contribuição para a libertação do nosso continente."

Nyerere recordou que "as duas tarefas de que a OUA se encarregou estavam inextricavelmente ligadas. O nosso objectivo final foi sempre o da unidade de todas nações africanas, um objectivo cuja realização exigia claramente que primeiro toda a África fosse libertada."

Pai fundador dos Estados da Linha da Frente e da SADCC

Seretse Khama (1 de Julho de 1921 - 13 de Julho de 1980)

"SERETSE KHAMA – como homem e como Presidente do seu país - foi um exemplo de dignidade de princípios e calma. Conseguindo sempre ultrapassar a raiva que sentia pela injustiça de que foi vítima, era capaz de se rir de si próprio e do mundo, ao mesmo tempo que participava na luta para vencer o apartheid a opressão." - *Mwalimu Julius K. Nyerere.*

A 15 de Agosto de 1994, o Comité de Libertação da Organização da Unidade Africana (OUA) realizou uma sessão especial de encerramento em Arusha - com a presença de nove chefes de estado, dois vice-presidentes, um primeiro ministro e nove ministros dos negócios estrangeiros - para celebrar as conquistas do continente, e prestar tributo à coragem dos combatentes da

Feriados na SADC Agosto - Outubro 2005

1 de Agosto	Dia dos Pais	RDC
8 de Agosto	Dia do Camponês	Tanzania
8 de Agosto	Dia dos Heróis	Zimbabwe
9 de Agosto	Dia das Forças de Defesa	Zimbabwe
9 de Agosto	Dia Nacional da Mulher	África do Sul
17 de Agosto	Dia da SADC	(todos os países membros)
26 de Agosto	Dia dos Heróis	Namíbia
6 de Setembro	Dia de "Sanholo"	Swazilândia
7 de Setembro	Dia da Vitória	Moçambique
8 de Setembro	"Ganesh Chaturthi"	Maurícias
17 de Setembro	Dia dos Heróis de dos fundadores da Nação	Angola
24 de Setembro	Dia da Herança	África do Sul
25 de Setembro	Dia das Forças Armadas	Moçambique
30 de Setembro	Dia de Botswana	Botswana
1 de Outubro	Feriado Nacional	Botswana
4 de Outubro	Dia da Independência	Lesoto
4 de Outubro	Dia da reconciliação (Dia da Paz)	Moçambique
8 - 9 Outubro*	Idl - El - Fitri	Tanzania
10 de Outubro	Dia da Mãe	Malawi
14 de Outubro	Dia do Mwalimu Nyerere	Tanzania
14 de Outubro	Dia dos Criadores da SADC	(todos os países membros)
24 de Outubro	Dia da independência	Zâmbia

* Depende da visibilidade da lua

Um futuro comum na comunidade regional